

APRESENTAÇÃO

Análise do Discurso: estudos sobre políticas e práticas no cenário da educação pública brasileira

São diversas as motivações para se organizar um número de revista. Este conjuga inquietações acadêmicas, prazer e responsabilidade não apenas como professoras e pesquisadoras, mas, sobretudo, como cidadãs. A proposta do presente número nasceu em um momento triste e doloroso da nossa história: um momento, convulsivo na sociedade, que leva ao impeachment de uma presidenta eleita. Vivemos um tempo marcado por tensões, enfrentamentos, resistências, sobretudo da parte de professores e alunos, a tentativas de interferência no âmbito das políticas educacionais impostas, após o golpe parlamentar, em benefício de interesses mercadológicos contraditórios à legislação educacional pública brasileira. Um tempo marcado pela urgência e exorbitância de medidas, por dicotomias simplistas, pela superabundância de (des)informações, pelas desinstitucionalizações, pela desumanização docente e discente, pela verborragia atordoante cujo efeito é a saturação do presente e a conseqüente impossibilidade de compreendê-lo. Se, atônitos, incomprendemos o presente, como fica nosso futuro? Com este número, pretendemos resgatar um pouco da discursividade do descomedimento deste período, centrando-nos em alguns dos problemas que constituem essa conjuntura. Contradições, equívocos, quebras, fraturas, deslizamentos de sentidos estão no cerne dos artigos aqui reunidos. Em alguns dos artigos, a historicidade que sustenta uma ou outra proposta é resgatada a fim de se compreender como vão sendo construídas evidências que circulam no *é assim* ou no *como só pode ser assim*.

A revista se abre com uma entrevista com a Professora Margarida Salomão (UFJF), pesquisadora, escritora e política brasileira. A linguista aborda a arbitrariedade e abrangência das mudanças estabelecidas no pós-golpe pela Emenda Constitucional nº 95/2016, pela Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415) e pelas Leis 13.429 e 13.467, entre outros dispositivos legais. Fala de como a universidade pública e sua produção científica são afeta-

das. Expõe considerações sobre a importância da colaboração dos estudos da linguagem na compreensão do atual cenário político-educacional e a importância da formação na área de Letras.

O *Dossiê* reúne ainda 20 artigos de pesquisadores da área do discurso, de diferentes correntes teóricas, professores de diversas instituições universitárias e da Educação básica, bem como de alunos de programas de pós-graduação, organizados por temas relacionados a macropolíticas públicas educacionais, políticas linguísticas e políticas e práticas mais específicas no cenário educacional brasileiro. Ao final, na seção *Vária*, incluem-se artigos de outras temáticas.

O primeiro artigo, *Reforma do ensino médio? A evidência de uma liberdade de escolha em uma escola para todos*, de Claudia Castellanos Pfeiffer, se volta para a compreensão dos processos de significação em torno de ensino/educação/instrução/escola públicos. A autora recupera o trajeto de memória discursiva que sustenta a relação Estado e escola, com as divisões que se tecem (para quem se ensina, o que se ensina, por exemplo) e que constroem a evidência de uma escola para todos, além de nos mostrar como essa rede de memória sustenta a suposta liberdade de escolha de itinerários formativos pelo alunato de ensino médio.

Na sequência, o artigo de Décio Rocha, *Discurso e ensino de língua estrangeira no Brasil: invenção de dispositivos micropolíticos potencializadores*, remonta ao advento das propostas de ensino de língua estrangeira para fins específicos no Brasil e a diversos artigos científicos da área que as referendam. Aponta contradições presentes nos documentos legais que orientam o ensino de língua estrangeira na educação básica e reitera a importância da abertura a outras vozes teóricas como forma de garantir uma maior aproximação entre os planos macro e micropolíticos do ensino desse componente curricular nas escolas brasileiras e de constituir novos afetos. Como o próprio autor nos interpela, *por que razão essa sala de aula não se torna lugar de produção de desejo?*

No terceiro artigo, Phellipe Marcel da Silva Esteves e Bruno Deusdará, em *A polissemia da fórmula 'autonomia universitária'* em defesa da universidade pública, se debruçam sobre a complexidade da instituição de sentidos dominantes, na imprensa de referência, relativos a uma questão cara a universidades públicas: a autonomia universitária. Visando compreender e desnaturalizar apropriações que desqualificam o mencionado princípio e/ou excluem a voz

da comunidade universitária, os autores recorrem à análise de marcas de heterogeneidade enunciativa e a outros referenciais teóricos do campo dos estudos discursivos.

Já o artigo de Alice Moraes Rego de Souza, Maria Cristina Giorgi e Fábio Sampaio de Almeida, intitulado *Educação para o combate às discriminações?: uma análise discursiva da BNCC antes e depois do golpe de 2016*, pautado por estudos discursivos e foucaultianos, expõe considerações sobre as políticas públicas educacionais relacionadas ao contexto do *impeachment* presidencial. Tem como principal foco de análise excertos das versões da Base Nacional Comum Curricular, elaborada em uma conjuntura política de embates e disputas de diversas ordens sobre o que se entende e se quer constituir como educação de qualidade no Brasil.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também constitui objeto de estudo do artigo seguinte, *Espelhamento (in)comum: um olhar discursivo sobre a propaganda da base nacional comum curricular*, por Clésia da Silva Mendes Zapelini e Juliene da Silva Marques. No caso, está em foco sua propaganda. As autoras partem dos silenciamentos, no documento final da Base, de temas propostos em versões anteriores, para analisar o funcionamento do espelhamento na propaganda que circula divulgando o documento. Aqui, a questão da autonomia retorna e vem acompanhada da relevância das particularidades de cada contexto estudantil.

Com o artigo *Ideologia ou identidade de gênero? Os equívocos constitutivos nas propostas curriculares*, Frederico Sidney Guimarães põe em cena questões de gênero como demanda política e se centra, como objeto de estudo, nas propostas curriculares de 1997, ano da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), e de 2014, ano da publicação da Lei 13.005, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 a 2024. Currículo aqui é, então, tomado como arena de disputas que afeta cotidiano escolar e sujeito.

Em *Entre direito e vontade: a reivindicação de surdos por uma educação bilíngue*, Angela Corrêa Ferreira Baalbaki analisa o documento “A educação que nós, surdos, queremos e temos direito”, elaborado por surdos, durante um evento na UFBA, por meio do qual se reivindica para essa comunidade linguística a garantia da educação bilíngue – Libras e Língua Portuguesa na modalidade escrita – nas escolas brasileiras ao longo do processo educativo.

Com base na análise da materialidade linguística, mostra-se como se constituem no documento os processos de identificação e a busca de emancipação social desses sujeitos historicamente deslegitimados social e linguisticamente.

O artigo *O Movimento Escola sem Partido e a asfixia dos sujeitos da educação*, de autoria de Bruna Maria de Sousa Santos e Washington Silva de Farias, enfoca os processos de representação de sujeito-professor e sujeito-aprendiz em textos do Movimento Escola sem Partido. As análises identificam uma forma de funcionamento denominada como *política de asfixia*, que significa o sujeito-aprendiz como aquele que é desguarnecido de discernimento e posicionamento próprio e o sujeito-professor a ser perseguido, identificado como educador-militante em oposição a um ideal de docente, o instrutor/burocrata.

Cristina Fernandes Lopes e Antonio Andrade analisam, em *Discurso e políticas de ensino de línguas estrangeiras: uma análise do Programa Rio Criança Global*, por meio de um referencial teórico foucaultiano, o Decreto Municipal nº 31.187/2009. Decreto este que institui a implementação autoritária de uma nova política linguística na rede municipal do Rio de Janeiro e a subutilização de grande parte de docentes concursados ao estender o ensino da língua inglesa à grade curricular dos anos iniciais do Ensino Fundamental e, paulatinamente, reduzir o das línguas espanhola e francesa dos anos finais desse segmento escolar.

O artigo de Lucas Martins Flores e Graciele Turchetti de Oliveira Denardi, *Em busca de uma imagem de campo: trajetos de uma leitura discursiva*, toma como ponto de entrada para sua reflexão sobre Educação do Campo uma imagem, uma pintura a óleo do campo, na capa de um livro didático fornecido pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para a instrução de estudantes do campo. Ao analisar o funcionamento de tal imagem, nos mostra como o imaginário de campo se constrói em livro didático distribuído a escolas de zona rural e como a educação rural é aí simbolizada.

Em *O dispositivo implicado no trabalho da sala de leitura nas escolas municipais de Belém (PA): alguma coisa está fora da ordem?*, Aline Batista Rodrigues e Fátima Cristina da Costa Pessoa analisam o conceito de leitura proposto nos documentos oficiais da rede pública de ensino da capital paraense. Recorrem, para tal, a algumas noções propostas por Foucault, como as de prática

discursiva, condições de enunciabilidade e dispositivo. O estudo constata a ratificação de uma concepção de proficiência leitora limitadora e distante das propostas para a formação acadêmica de professores na área dos estudos da linguagem.

No artigo *Enem 2017: uma análise interpretativa sob a perspectiva da política de línguas*, de Caroline Dambrozio Guerra, Larissa Montagner Cervo e Romário Volk, o objeto em questão é o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Mais precisamente, os autores se propõem a analisar discursivamente os sentidos sobre língua em questões da prova do ENEM 2017. Está em foco o imaginário de língua que concerne à língua indígena, língua inglesa, língua espanhola, língua portuguesa, pensadas como práticas de políticas linguísticas.

Lucineudo Machado Irineu, Maria Margarete Fernandes de Sousa e José Olavo da Silva Garantizado Júnior, no artigo *Discurso do professor e problematização da prática docente: argumentação, interdiscurso e representação*, apoiados em pressupostos da Análise Crítica do Discurso, analisam, em textos produzidos em momentos de emergente dificuldade da história do país, em especial do nordeste brasileiro, o discurso e questionamentos relativos à prática laboral docente. Ressaltam a relevância de estudos das relações interdiscursivas na legitimação do discurso proferido e na desconstrução de representações instituídas pela mídia.

O modo como a mídia faz circular dizeres sobre o professor e a escola pública é o eixo condutor das reflexões promovidas no artigo *A mídia e os dizeres sobre o professor no Brasil: uma análise do discurso jornalístico*, de Silmara Dela Silva e Regiane Gomes dos Santos. Focalizando o jornal *Gazeta do Povo* e reportagens do *Jornal Nacional*, as análises discursivas nos mostram uma circulação de dizeres que deslegitimam o professor e a escola pública, acarretando e sustentando um imaginário de falência do ensino público. As autoras lembram ainda a relevância de tais reflexões como forma de questionar e problematizar as evidências construídas na mídia.

Contradição, luta, resistência: reflexões sobre a exclusão da língua espanhola do currículo do ensino médio brasileiro, de Larissa Montagner Cervo, Taís da Silva Martins e Verli Petri, enfoca as diversas mudanças advindas da Medida Provisória 746 ou “MP do ensino médio”, posteriormente, Lei nº 13.415. O artigo

reflete sobre a constituição e circulação de discursos sobre imposições como a da retirada da obrigatoriedade de oferta de ensino da língua espanhola, que desconsideram conquistas obtidas na área educacional, assim como decorrentes consequências provocadas na escola, universidade e sociedade em geral.

Em *A disciplinarização da língua inglesa no Brasil e os seus efeitos no imaginário acerca do idioma aos alunos de escolas públicas no Brasil*, Elaine Daroz mostra que o processo de disciplinarização da língua inglesa, que percorre o caminho de disciplina complementar a lugar de relevo ao final dos anos 1990, se ancora, entre outros fatores, em uma perspectiva utilitarista de língua, em uma hegemonia norte-americana no cenário mundial e em um imaginário de língua pronta a ser usada. A autora nos instiga ainda refletir se, com a disciplinarização de tal língua no Brasil, não estaríamos diante de um movimento de neocolonização linguística.

O artigo seguinte, *Uma análise da historicidade de sentidos de ensino de língua portuguesa*, de Ronaldo Adriano de Freitas, considera dois objetos, língua e ensino, tomados como objetos paradoxais (noção advinda de Pêcheux), para pensar o ensino de língua portuguesa nas escolas. O autor propõe a noção de instrumentos educacionais a partir da noção de instrumentos linguísticos e apresenta um quadro que relaciona a periodização de Guimarães com uma outra pautada nos acontecimentos na área educacional. Tal percurso nos permite acompanhar a historicização dos sentidos de ensino de língua portuguesa.

Já o artigo *O supervisor e a escola: uma relação de nunca acabar?*, de Lucília Maria Abrahão e Sousa, Soraya Maria Romano Pacífico e Dantielli Assumpção Garcia, nos possibilita compreender como historicamente vai sendo construída a posição do supervisor na escola. Somos levados a uma reflexão que se inicia no século XIX, atravessa o século XX, considerando momentos como os de ditadura, para chegar a mudanças em que tal posição deixa de ser pensada como aquela da espionagem e punição para ser ocupada pelo professor, educador, como lugar de escuta.

A seção *Dossiê* se fecha com um projeto em andamento, *Por uma proposta de divulgação de ciência. Teorização e prática de um instrumento linguístico: sobre a construção da enciclopédia audiovisual virtual de análise do discurso e áreas afins*, por Bethania Mariani e Giovana C. C. de Mello, que tem por

propósito dar a palavra a pesquisadores, na forma de uma enciclopédia virtual, e possibilitar, com o meio digital e a legendagem, a divulgação de conceitos e noções que norteiam o campo de pesquisa da Análise de Discurso e os que lhe são pares.

Após a seção *Dossiê*, encontra-se a sessão *Vária*, que agasalha, neste número, quatro artigos inscritos no campo dos estudos literários e filosóficos: um estudo comparativo de *Terras do sem fim*, de Jorge Amado, com *The violent land*, traduzido por Samuel Putnam; a resposta de Giordano Bruno à tese platônica sobre escrita; a análise de um poema de Emily Dickson e da tradução feita por Augusto de Campos e, por fim, uma leitura das crônicas de João do Rio.

Para encerrar este trabalho, que, nas nossas conversas, chamávamos de “arquivo do autoritarismo da urgência”, gostaríamos de trazer um fragmento da entrevista de Margarida Salomão que nos afeta a todos seja, vale repetir, como professores-pesquisadores formadores de docentes na área dos estudos da linguagem, como professores desta mesma área que atuam na educação básica, seja como cidadãos:

Eu acho que nós, na verdade, temos o dever de levar adiante a grande capacidade analítica de investigação arqueológica desse processo de opressão que se constrói, que se instala, que se dissemina pelo mundo, é quase que um imperativo ético hoje para nós.

Del Carmen Daher
Vanise Medeiros